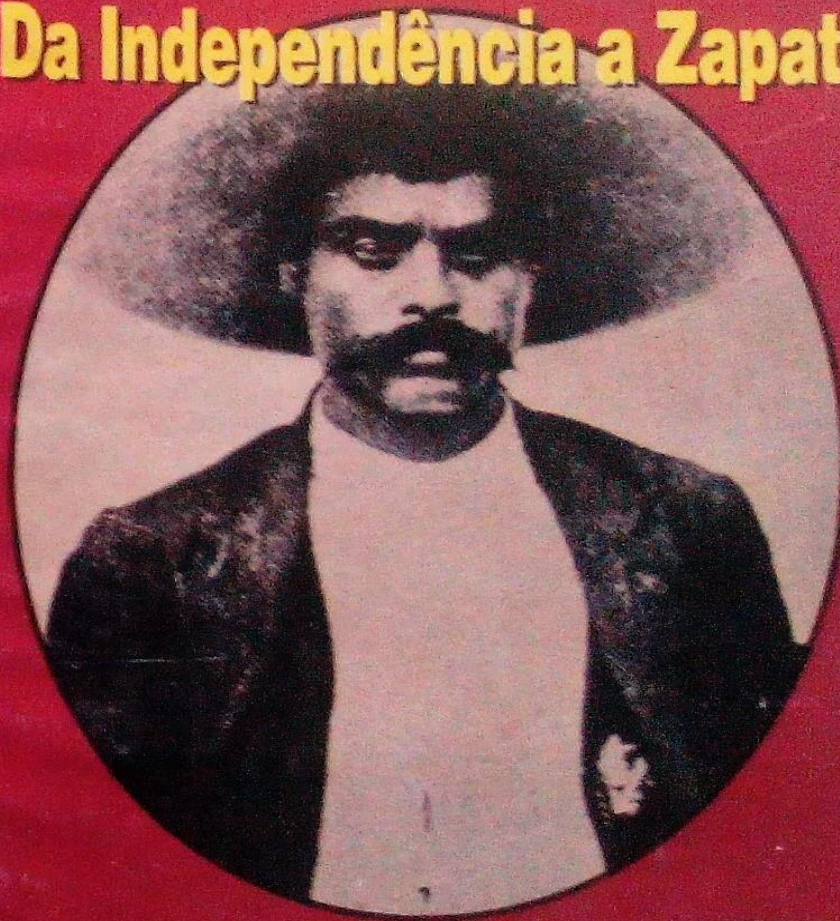


# HISTÓRIA

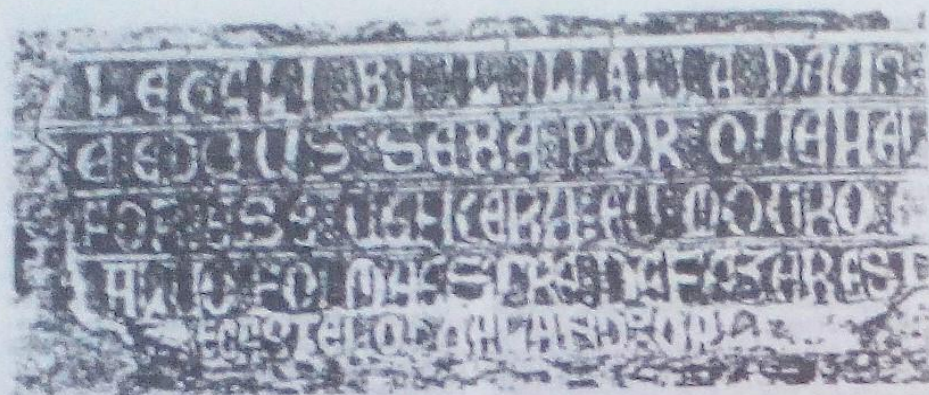
Ano XVI • N.º 172 • Fevereiro de 1994 • 315\$00

## MÉXICO

### Da Independência a Zapata



AS CIDADES DO IMPÉRIO ROMANO



A epigrafia «Legali»

# A epigrafia «Legali» do Castelo de Alandroal

António José Rei

**É** o Castelo do Alandroal, construído nos finais do século XIII, mais precisamente entre 1294 e 1298 (?), obra mudejar (?) de alarife (?) mouro e seus alvanéis ou alvanéis (?), como o atestam várias características da sua construção, e, ainda, as epígrafas onde surge «Mouro me fez» ou mais explicitamente «Eu Mouro (...) foi Mestre de fazer este Castelo do Alandroal.»

Esta última frase é parte da inscrição situada no espaço da Porta Legal ou Legali; e será sobre a dita inscrição que incidirá essencialmente este pequeno trabalho.

## A Pedra Inscrita

Conjunto pétreo maiormente de calcário vermelho ou margá, com um acrescento para a última linha da epigrafia em calcário branco.

Apresenta forma geral paralelepípedica (1,09 x 0,45 x 0,6 m), sendo no entanto mais irregular na parte inferior.

Está situado a cerca de 3,5 m do solo, incrustado na esquina da torre do lado direito da porta.

A epigrafia, com cerca de 1,09 m de comprimento por 0,45 m de largura, é em relevo e só ocupa a face que dá para a porta. Apresenta-se disposta em cinco linhas, sendo a última incompleta.

A separação entre linha e linha é visível e foi nitidamente marcada por segmentos de recta triplas que cruzam transversalmente toda a superfície epigrafada.

A separação entre a 4.ª e a 5.ª linhas é mais evidente pela diferença de cor das pedras do que pela gravação incipiente que lá existe.

A separação entre as palavras é feita através de pontos em relevo, três, por nor-



A Porta Legal. A seta indica a epigrafia «Legali»

Os caracteres são góticos.

## A Epigrafia

A epigrafia, tal como aparece transcrita no «Inventário Artístico de Portugal — Distrito de Évora, Zona Sul», 1.º vol. da responsabilidade de Túlio Espanca, para a Sociedade Nacional de Belas-Artes, apresenta vários equívocos, pelo que vou justapor a transcrição constante na referida obra e aquela que se nos é dada fazer.

A do «Inventário» surge em primeiro lugar.

LEGALI : BI : IL : ILLALA : DEUS : /  
/ HE : E : DEUS : SERA : POR : QUEM :  
EL : /  
/ FOR : ESE : VENCERA : EU : MOURO  
: G /  
/ ALVO : SOU : MEESTRE : DE FAZER  
: EST /  
/ E : CASTELLO DO ALANDROAL /

LEGALI : BI : IL : ILLALLA : DEVS : /  
/ E : E : DEVS : SERA : POR : QVENEL  
: /  
/ FOR : ESE : VENCERA : EV : MOVRO  
: (...) /  
/ ALVO : FOI : MAESTRE : DEFAZER :  
EST /  
/ E CASTELO DO ALANDROAL /

No final da terceira linha, onde no «Inventário» se apresenta um G como primeira letra de uma palavra que poderia ser o possível nome do arquitecto mouro do Castelo do Alandroal, achei por bem omitir qualquer letra, já que a pedra se encontra desgastada, não dando a certeza sobre que letra seria originalmente.

Não creio, no entanto, que se trate de um G, pois a forma existente não tem semelhanças com o G de *LEGALI*, nem com os Gs existentes na epigrafia situada no adarve da Porta da Torre de Menagem ou do Relógio, e que aparecem respectivamente na segunda linha, na palavra *ALGVA*; e na quarta linha, na palavra *ENGANES*.

Também deveria, em minha opinião, ter sido adoptado um critério na transcrição do U e do V: ou transcreveria tudo em Us ou

ainda não se diferenciavam na escrita.

Eu optei pelo V, por ser a forma gráfica mais antiga.

## Estudos a) linguístico

Ficou, à porta principal do Castelo do Alandroal, por tradição, o nome de Porta Legal ou Legali, por serem estes os fonemas iniciais da epigrafia, e não porque o suposto adjectivo «Legal» estivesse relacionado com «Lei».

Poder-se-iam encontrar justificações para que «Legal» fosse um qualificativo aceitável: a porta por onde seria «de Lei» entrar todo o personagem importante que a este Castelo acesse; ou a Porta onde, ao entrarem no Castelo mercadorias vindas de fora, fossem pagas as tarifas que eram «de Lei» no Alandroal; entre outras. Mais difícil seria fazer de «Legali» um termo plausível...

Voltemos à epigrafia: porque lhe chamo fonemas iniciais e não palavra inicial, ao referir-me a «Legali»?

Simplemente, porque «Legali» não é uma palavra.

Passo a explicar: tomemos toda a primeira linha da epigrafia, que não está em português, nem mesmo em português arcaico:

LEGALI : BI : IL : ILLALLA :

Também nesta frase são usados, como na parte de texto, claramente em português, e aí quase sempre, pontos; para separar as estruturas silábicas, completas no seu significado, e a que chamamos *palavras*.

Esta função fica, assim, justificada, no caso do texto em português, mas não na frase acima transcrita, pelas razões que passo a expor:

1.º) toda ela é uma transcrição fonética, em letras latinas, de uma frase árabe;

2.º) não se apresentam as estruturas fonéticas coincidentes com as morfológicas;

3.º) há incorrecções, que creio propositadas, na grafia da frase.

Quanto ao 1.º ponto, a frase árabe original é a seguinte:



Epigrafia do adarve da Porta da Torre de Menagem ou do Relógio

وَلَا غَالِبَ إِلَّا اللَّهُ

cuja transcrição fonética é: WA LA GHALIBI ILLA'LLAH e cujo significado é: NÃO HÁ TRIUNFADOR SENÃO DEUS! (\*)

2.º ponto: colocam-se justapostas, a transcrição correcta do árabe e a transcrição da epigrafia, para que se possam aperceber as semelhanças e as diferenças.

Árabe correcto: [WA] LA GHALIBI | ILLA'LLA[H]  
Epigrafia: LE/GALI: BI: IL: ILLALLA

3.º ponto: para além da alteração estrutural da frase, ao serem apresentadas estruturas silábicas como sendo palavras, e, no entanto, compostas por palavras e/ou pedaços de outras palavras; foi ainda modificada, também, na grafia, através de: 1, substituição; 1, inclusão, e 2, omissões, como segue:

- a) o E substitui o A longo;
- b) a inclusão de IL entre GHALIBI e ILLA'LLAH;
- c) a omissão do H no final de ILLA'LLAH;
- d) a omissão do WA inicial.

O caso do GH transcrito em G é possível (\*), já que se trata de um abrandamento fonético, que não altera em nada a frase.

O referido nas alíneas a) e c) não afecta a sintaxe da frase, e não perturba a carga semântica da mesma.

As grandes alterações advêm das alíneas: b) — que pela sua redundância fonética e carência de significação, terá sido lá colocado apenas para dificultar a compreensão da frase; e d) — que pela sua omissão, altera não só o aspecto formal da frase, mas também, desta forma, confere à frase, em aparência, uma degradação de intensidade semântica, ao fazê-la aparentar, não uma fórmula de juramento, mas antes uma simples frase negativa, segundo a sintaxe árabe.

Mas, se assim é, que poderíamos concluir:

— que estes mudejares já não saberiam o árabe e incorriam em erros como estes?

— ou que, realmente, eles queriam escrever a frase negativa, e não a fórmula de juramento, que eu afirmo quererem deixar grafado?

Quanto à primeira pergunta, sou levado a afirmar que eles sabiam o árabe, ou que, pelo menos o alarife sabia, pois, em última instância, é ele o responsável pela mensagem; e passo a justificar com a resposta à segunda pergunta: embora não esteja transcrita a partícula de juramento WA no início da frase, sendo ela omitida propositalmente, a sua acção causal encontra-se implícita no seu efeito: a palavra (...) GALI : BI (...) ao apresentar a vogal I no final, apresenta o caso gramatical de palavra regida por partícula de juramento; enquanto

que se ela fosse regida pela negação, apresentaria a terminação em *A* e não em *J*.

Podemos assim concluir que o alarife mouro, para além dos conhecimentos de árabe, e mesmo de português, teria fortes motivos para querer lá deixar esta frase como um sinal.

O valor semântico da frase é, total e realmente, oral; sendo o seu suporte escrito, nem árabe nem português.

Foi nessa «terra de ninguém» que o mestre d'obras «escondeu» a sua mensagem, através de todos estes processos que podemos constatar.

## b) histórico

O que terá levado este arquitecto muçulmano a deixar esta frase, de uma «aljama» ( ) invertida, neste castelo do seu traço?

A construção do Castelo do Alandroal ocorreu já numa época em que o Islão, na Península Ibérica, após a tomada de Sevilha, em 1248, por Fernando III de Leão e Castela, a que se seguiu a conquista de toda a linha do Guadalquivir, e mais a ocidente, a conquista do restante do território algarvio, para a Coroa de Portugal, ficava com o seu espaço confinado ao Reino de Granada.

Nesta época, este Reino gozava ainda do prestígio do seu fundador, o primeiro da família dos Nasridas, Muhammad al-Ahmar.

Governou este monarca entre 1232 e 1273. Tomou em 1240 o título de *Amir al-Mu'minin* (Príncipe dos Crentes); apoiou a revolta dos muçulmanos de Múrcia contra Afonso X, e aliando-se aos Merinidas do Magrebe, fez várias razias em terras de Sevilha e de Jaén.

Ficou, aos olhos dos muçulmanos peninsulares, daquela época, como um herói, por ter conseguido aguentar, através de inúmeros lances militares e diplomáticos, a sobrevivência do seu pequeno reino, em frente da grande potência que já era Leão e Castela.

Além dos seus feitos político-militares, o facto de se proclamar *Amir al-Mu'minin*, colocou Muhammad al-Ahmar na posição de *chefe* de todos os muçulmanos do al-Andalus ( ), pelo menos em potência; *aglutinador* de todos os grupos e comunida-

des islâmicas, não importando onde se encontrassem no território peninsular; e o *fiador de todos as esperanças*, por parte de toda essa gente, de que a situação se alterasse a favor do Islão.

Assim, e principalmente para os muçulmanos que tinham permanecido nos reinos cristãos, muitos deles como escravos, por que prisioneiros de guerra, o Reino de Granada era o elo com o passado glorioso do Islão andalusi, e ao mesmo tempo a possível testa de ponte de um novo desembarque de guerreiros do Islão, que levasse de vinda os «Alranj» ( ) e restituísse aos muçulmanos o topo social e político no al-Andalus.

Mesmo nesta epigrafia, na parte em português arcaico, que vai de (...): DEVS: (...) até (...): VENCERA: (...), parece ficar ainda em suspenso a decisão final sobre o domínio na península hispânica. Pelo menos, desde o ponto de vista dos muçulmanos...

A batalha do Salado só aconteceria cerca de meio século depois. Ainda podia haver esperança ( )...

Na região, onde é hoje o concelho do Alandroal, havia naqueles tempos uma grande quantidade de mouros escravos, que tinham ficado prisioneiros aquando da conquista dos castelos de Juromenha, Terena e Monsaraz. Estas praças defendiam a linha do Guadiana, e foram tomadas pelos cristãos no reinado de Sancho II, o Capelo.

Entre eles terão sido recrutados os alvanês que irão construir este Castelo do Alandroal, e até, talvez também, o alarife que dirigiu as obras.

Ao deixar inscrita na pedra a divisa da dinastia reinante de Granada, este arquitecto deu testemunho do espírito de resistência de uma gente, que a despeito dos senhores cristãos que os mantinham prisioneiros e a quem deviam obediência pela força das circunstâncias, reconheciam no monarca granadino, como defensor da Lei Alcorânica e da Tradição Profética, o seu Emir.

A sua situação de vencidos e de expostos a todas as possíveis arbitrariedades, por parte do seu senhorio, que poderia ser perfeitamente a Ordem Militar de Aviz, à época donatária destas terras ( ), e mandatária da construção deste Castelo ( ), terá levado à utilização de todo este sistema criptográfico

para conseguir veicular a sua mensagem.

Não podemos esquecer que as Ordens Militares eram também religiosas, e seria até normal que alguns dos seus membros, para além do português e do latim soubessem árabe. É, portanto, justificável e compreensível todo o cuidado e engenhio que os mouros puseram nesta epigrafia.

Se a pedra ainda lá está hoje, com a mensagem que lhe foi inscrita há 700 anos, poderemos concluir que terão sido bem sucedidos na sua tarefa.

Terão conseguido o que querem ao escrevê-la? Não sabemos; provavelmente nunca saberemos. Sabemos que tentaram; que tiveram a intenção de que algo acontecesse.

«Em verdade, as acções valem pelas intenções (...).», diz-se numa Tradição Profética.

Talvez tenha sido essa a sua recompensa. ■

## NOTAS

( ) A epigrafia existente sobre a Porta Legal, reza, o seguinte: «ERA DE 1332 [1294] AOS 6 DIAS / DE FEVEREIRO COMEÇARÃO / A FAZER ESTE CASTELLO POR / MANDADO DO MESTRE DE AVIZ D. / LOURENÇO AFFONSO E ELLE POZ A PRIMEIRA PEDRA (...).»

A 25 de Fevereiro de 1298, ficou concluída a obra. Cf. «Inventário Artístico de Portugal — Distrito de Évora — Zona Sul», 1.º vol. (org. p/ Túlio Espanca), Sociedade Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1978.

( ) Mudejar — (do ár. Mudajjan) ( ) Muçulmano peninsular residente em terra de Cristãos ( ); as obras de arte por eles realizadas: a arte mudejar.

Cf. ( ) Machado, José Pedro, «Grande Dicionário da Língua Portuguesa», Sociedade de Língua Portuguesa e Amigos do Livro, Editores, Lisboa, 1981, vol. VII, pág. 437.

( ) Silva, José Custódio Vieira da, «O Tardo-Gótico em Portugal — a Arquitectura no Alentejo», Livros Horizonte, Lisboa, 1989, págs. 18-26.

( ) Alarife — (do ár. al-'arif) Arquitecto; construtor; mestre de obras.

Cf. Machado, José Pedro, ob. cit., vol. I, pág. 287.

( ) Alvanêu, alvanel — (do ár. al-banna'u) Pedreiro.

Cf. Machado, José Pedro, ob. cit., vol. I, pág. 373.

( ) A semântica árabe apresenta ainda para *GHALIB* os significados de: vencedor; dominador.

Cf. Corriente, Federico, «Diccionario Árabe-Español», Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 2.º ed., Madrid, 1986, pág. 560.

( ) A quase totalidade dos historiadores, linguistas e escritores portugueses que versam temas relacionados com a presença islâmica e/ou a língua árabe, transcrevem a letra *GHAİN* árabe pelo G português. Só mais recentemente começou a aparecer transcrito por

*GH* (Prof. Adel Sudaris).

( ) Aljama — (do ár. al-'jamiyya) Língua não-árabe escrita com caracteres árabes.

Cf. Machado, José Pedro, ob. cit., vol. I, pág. 339. Lopes, David, «Textos de Aljama Portuguesa», Imprensa Nacional, Lisboa, 1897.

( ) al-Andalus — (do ár. ) Nome por que é conhecida, ainda hoje, entre os árabes, a Península Ibérica. Cf. Corriente, Federico, ob. cit., pág. 23.

( ) Alranj — (do ár. ) Termo árabe que significa, literalmente, «os francos»; passou, mais tarde, a designar genericamente «os cristãos».

Cf. Corriente, Federico, ob. cit., pág. 35.

Domingues, José D. Garcia, «História Luso-Árabe», Pro Domo, Lisboa, 1945, págs. 260-261 (n.º 1); onde o historiador árabe Ibn al-Athir, designa o rei Sancho I de Portugal por «...» o rei franco Ibn er-Renk conquistou Silves (...).

( ) A Ordem Militar de Aviz recebeu, pela primeira vez, a doação do Castelo de Juromenha e da povoação do Alandroal, das mãos de D. Sancho I. Foram, mais tarde, reconquistadas por Ya'qub al-Mansur, em 1191. Após a conquista definitiva pelos Portugueses, D. Sancho II confirma-as na Ordem de Aviz. Terena e Monsaraz só mais tarde integrarão o património da Ordem.

Cf. ob. cit. nota ( ).

( ) Cf. nota ( ).

## BIBLIOGRAFIA

AN-NAWAWIYY, Imâm, «Riyad as-Salihin» [Os Jardins dos Virtuozos] (Colecção de Tradições Proféticas), Dar al-Jayl, Beirute, 1985.

CORRIENTE, Federico, «Diccionario Árabe-Español», 2.º ed., Instituto Hispano-Árabe de Cultura, Madrid, 1986.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL (dirig. p/ Joel Serrão), 3.º vol., Livraria Figueirinhas, Porto, 1971.

DOMINGUES, José D. Garcia, «História Luso-Árabe», Pro Domo, Lisboa, 1945.

HISTÓRIA DE ANDALUCIA (dirig. p/ José-Enrique López de Coca Castañer e Manuel González Jimenez), vol. II, Cupsa Editorial, Madrid, 1980.

INVENTÁRIO ARTÍSTICO DE PORTUGAL — Distrito de Évora — Zona Sul, 1.º vol. (org. p/ Túlio Espanca), Sociedade Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1978.

LOPES, David de Melo, «Textos de Aljama Portuguesa», Imprensa Nacional, Lisboa, 1897.

MACHADO, José Pedro, «Grande Dicionário da Língua Portuguesa», Sociedade de Língua Portuguesa e Amigos do Livro, Editores, Lisboa, 1981.

QABBISH, Ahmad, «Al-Kamil fin-n-Nahu wa-l-l-rab» [A Globalidade sobre Sintaxe, Morfologia e Expressão] (Compêndio de Gramática Árabe), Dar al-Jayl, Beirute, 1979.

SERRÃO, Joel, «Cronologia Geral da História de Portugal», 4.º ed., Livros Horizonte, Lisboa, 1980.

SILVA, José Custódio Vieira da, «O Tardo-Gótico em Portugal — a Arquitectura do Alentejo», Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

TESOUROS ARTÍSTICOS DE PORTUGAL (coord. p/ José António Ferreira de Almeida), «Seleções do Reader's Digest», Lisboa, 1976.